



Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144
Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 61/2019 - CCJ PROJETO DE LEI Nº 50/2019

Relator Designado: VINÍCIUS GUILHERME SIMILI

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Chefe do Executivo, cujo objeto é solicitar autorização para proceder à abertura de um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.932,00 (mil novecentos e trinta e dois reais) junto a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de criação de dotação orçamentária específica para ocorrer com o repasse do Governo Federal, destinada a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o apoio e manutenção das Unidades Básicas de Saúde.

De acordo com o artigo 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Assis, e artigo 174, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal, a iniciativa de projetos de leis que disponham sobre matéria que autorize a abertura de créditos é privativa do Prefeito.

Quanto aos recursos para atender as despesas decorrentes do presente projeto, verifica-se que estes serão provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018, a ser verificado na Agência 223-2 do Banco do Brasil, Conta Corrente 52.069-1, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964.

Cumprе destacar que o dispositivo utilizado para solicitar a autorização do Legislativo, para abertura do mencionado crédito adicional, fundamenta-se no inciso II, artigo 41 da Lei nº 4.320/64, que assim dispõe:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II – especiais, os destinados às despesas para as quais não haja dotação específica.



Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144
Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

O presente projeto de lei não apresenta ilegalidades nem vícios formais ou materiais a serem declarados.

Consta anexa à propositura, a Resolução de nº 230, expedida pelo Conselho Municipal de Saúde, o qual aprova por unanimidade a proposta.

Diante do exposto, de acordo com os preceitos constitucionais e legais, este relator manifesta-se favoravelmente à discussão e votação do projeto em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de Abril de 2019.

VINÍCIUS GUILHERME SIMILI - PDT
Relator

<i>Documento assinado digitalmente nos termos da MP 2.200-2/2001 e da Resolução Municipal nº 189/2015.</i>
--

